

# DEBATES FEMINISTAS SOBRE PORNOGRAFIA: DAS DISPUTAS SOBRE O PRAZER PORNOGRÁFICO À CONSTRUÇÃO DE UMA SEXUALIDADE CONSENTIDA

FEMINIST DEBATES ON PORNOGRAPHY: FROM DISPUTES OVER PORNOGRAPHIC PLEASURE TO THE CONSTRUCTION OF A CONSENSUAL SEXUALITY

## RESUMO

Este artigo explora o intenso e multifacetado debate feminista acerca da pornografia, explorando as disputas em torno do significado e dos limites da pornografia para os feminismos e evidenciando como a definição atribuída a esse termo orienta práticas políticas, estratégias argumentativas e propostas de transformação social. O percurso analítico estrutura-se em três partes: a delimitação conceitual da pornografia pelas diferentes vertentes; a crítica à distinção entre pornografia e erotismo; e a discussão sobre alternativas, como a pornografia ética, feminista e o pós-pornô. Em primeiro lugar, através de um exame analítico-comparativo de autoras antipornografia (como MacKinnon, Dworkin, Brownmiller) e pró-pornografia (como Rubin, Willis, Butler), o estudo contrasta suas definições. Enquanto a vertente antipornografia a vê como veículo de subordinação patriarcal e violência, a pró-pornografia a compreende como representação explícita da sexualidade, ativadora de prazer e ligada à indústria. Em seguida, o artigo aprofunda a crítica pró-pornografia às distinções entre pornografia, erotismo e obscenidade, questionando critérios morais e subjetivos que perpetuam julgamentos e exclusões. Por fim, apresenta alternativas ao modelo hegemônico, como a pornografia ética, feminista e o pós-pornô, destacando iniciativas baseadas em respeito, diversidade e consentimento. A conclusão central é a convergência das correntes em torno da “sexualidade consentida”, que engloba um vasto espectro de práticas e desejos humanos pautados na vontade recíproca. As críticas internas ao feminismo são encaradas como um convite ao diálogo e à autocrítica, visando aprimorar estratégias contra o sexismo e promover a emancipação de corpos e prazeres dissidentes.

**Palavras-chave:** Pornografia. Feminismos. Sexualidade. Moralidade.

## ABSTRACT

This article explores the intense and multifaceted feminist debate on pornography, examining the disputes surrounding its meaning and limits for feminisms, and demonstrating how the definition attributed to this term guides political practices, argumentative strategies, and proposals for social transformation. The analytical journey is structured in three parts: the conceptual delimitation of pornography by different strands; the critique of the distinction between pornography and eroticism; and the discussion about alternatives, such as ethical, feminist, and post-porn. In the first place, through an analytical-comparative examination of anti-pornography authors (such as MacKinnon, Dworkin, Brownmiller) and pro-pornography authors (such as Rubin, Willis, Butler), the study contrasts their definitions. While the anti-pornography strand sees it as a vehicle of patriarchal subordination and violence, the pro-pornography strand understands it as an explicit representation of sexuality, activator of pleasure and linked to the industry. Next, the article deepens the pro-pornography critique to the distinctions between pornography, eroticism, and obscenity, questioning moral and subjective criteria that perpetuate judgments and exclusions. Finally, it presents alternatives to the hegemonic model, such as ethical, feminist, and post-porn, highlighting initiatives based on respect, diversity, and consent. The central conclusion is the convergence of the currents around the “consensual sexuality”, which encompasses a vast spectrum of practices and human desires based on reciprocal will.

---

**Raisa Duarte da Silva Ribeiro**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora do Curso de Direito da Escola de Ciências Jurídicas. E-mail: raisa.ribeiro@unirio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2339-3903>

and the discussion of alternatives, such as ethical, feminist, and post-pornography. Firstly, through an analytical-comparative examination of anti-pornography (such as MacKinnon, Dworkin, Brownmiller) and pro-pornography (such as Rubin, Willis, Butler) authors, the study contrasts their definitions. While the anti-pornography camp sees pornography as a vehicle for patriarchal subordination and violence, the pro-pornography camp understands it more broadly as an explicit representation of sexuality, activating pleasure and linked to the industry. Next, the article deepens the pro-pornography critique of the distinctions among pornography, eroticism, and obscenity, questioning moral and subjective criteria that perpetuate judgments and exclusions. Finally, it presents alternatives to the hegemonic model, such as ethical, feminist, and post-pornography, highlighting initiatives based on respect, diversity, and consent. The central conclusion is the convergence of these currents around “consensual sexuality,” which encompasses a vast spectrum of human practices and desires grounded in reciprocal will. Internal critiques within feminism are seen as an invitation to dialogue and self-criticism, aiming to refine strategies against sexism and promote the emancipation of dissident bodies and pleasures.

**Keywords:** Pornography. Feminism. Sexuality. Morality.

## Introdução

O feminismo se constrói, historicamente, como um movimento plural e dinâmico, no qual coexistem múltiplas vozes e trajetórias que refletem a diversidade das experiências das mulheres nas sociedades contemporâneas. Não existe uma mulher universal e tampouco um único feminismo; ao contrário, a pluralidade de sujeitos femininos gera demandas distintas e, por vezes, posicionamentos divergentes quanto a temas fundamentais, como sexualidade e prazer (RIBEIRO, 2025, p. 46)

No campo das teorias feministas, esse pluralismo se expressa de modo particularmente intenso no debate acerca da pornografia. Desde sua inserção nas universidades, a partir sobretudo dos anos 1980, o feminismo se desdobrou em uma vertente acadêmica, dedicada à produção de conhecimento e à formulação de uma epistemologia própria, sempre articulada à prática política dos movimentos sociais, coletivos e manifestações públicas (SABADELL, RIBEIRO, 2023, p. 339). Dentro desse contexto, os debates feministas sobre pornografia — amplamente intensificados durante as chamadas “guerras do sexo” (BROWNMILLER, 1999, p. 295-325) — foram protagonizados por intelectuais universitárias e ativistas engajadas na luta por justiça social.

Constituem-se, assim, duas grandes correntes: de um lado, feministas antipornografia, alinhadas a uma análise estrutural da opressão patriarcal, que enxergam a pornografia como veículo de violência contra a mulher e expressão simbólica da desigualdade de gênero; de outro, feministas pró-pornografia, que defendem a importância da liberdade sexual, a legitimação dos desejos dissidentes e veem a pornografia como instrumento de transgressão frente à repressão do sexo, sobretudo para minorias sexuais.

Este artigo propõe analisar, à luz de textos teóricos e do debate crítico entre autoras centrais desses dois campos, as disputas em torno do significado e dos limites da pornografia para os feminismos, e demonstrar possibilidades de convergência entre as correntes. Para tanto, adota como metodologia o exame analítico-comparativo de textos clássicos das principais representantes das correntes antipornografia (como Catharine MacKinnon, Andrea Dworkin e Susan Brownmiller) e pró-pornografia (como Gayle Rubin, Ellen Willis e Judith Butler), buscando evidenciar como a definição do termo “pornografia” orienta práticas políticas, estratégias argumentativas e propostas de transformação social.

Para desenvolver essa análise, o percurso argumentativo proposto neste artigo se organiza em três grandes momentos. Em um primeiro momento, aprofunda-se a delimitação conceitual de pornografia conforme elaborada pelas principais vertentes feministas, apresentando como cada corrente enxerga não apenas os fundamentos da produção pornográfica, mas também os argumentos centrais que mobilizam para defender ou combater sua existência e circulação social.

Em segundo lugar, volta-se o olhar para a crítica sistemática desenvolvida pelo movimento pró-pornografia frente à distinção tradicional entre pornografia e erotismo. Nesse ponto, destaca-se especialmente a problematização dos critérios morais e retóricos utilizados para manter tal separação, evidenciando de que modo essa dicotomia opera hierarquias, julgamentos de valor e exclusões históricas no âmbito das práticas e dos desejos sexuais.

Por fim, em um terceiro momento, analisa-se o surgimento de alternativas ao modelo pornográfico hegemônica<sup>1</sup> – como a pornografia ética, a pornografia feminista e o pós-pornô – entendidas aqui como respostas criativas que buscam instituir novas práticas representacionais. Tais iniciativas apostam nos valores de respeito, diversidade e inclusão, desafiando tanto os limites impostos pela indústria tradicional quanto as fronteiras normativas da sexualidade.

A partir dessas análises, a proposta é demonstrar a possibilidade de convergência entre as correntes feministas antipornografia e pró-pornografia em torno da “sexualidade consentida”, que engloba um vasto espectro de práticas e desejos humanos pautados na vontade recíproca. As divergências, assim, são encaradas como um convite ao diálogo e à autocrítica, visando aprimorar estratégias contra o sexismo e promover a emancipação de corpos e prazeres dissidentes.

## De que pornografia estamos falando?

A indústria pornográfica modificou-se drasticamente ao longo do tempo. Apesar de ser possível observar a existência de representações explícitas de relações sexuais desde tempos remotos (HUNT, 1999, p. 09-48), a acepção moderna de

<sup>1</sup> Utilizo o termo “pornografia hegemônica” para me referir à pornografia patriarcal, na qual os discursos e práticas de poder são reproduzidos nos vídeos e imagens disponibilizados gratuitamente no ambiente virtual.

pornografia adquiriu existência, simultaneamente, como prática literária e visual e como categoria de pesquisa durante o período de emergência da modernidade no Ocidente, acompanhando o Renascimento, a Revolução Industrial, o Iluminismo e as Revoluções Burguesas (HUNT, 1999, p. 10-12).

Após as Revoluções Burguesas, a pornografia deixou de possuir, majoritariamente, a função política e religiosa de outrora<sup>2</sup>, para passar a ter como principal objetivo social reconhecido a estimulação sexual dos seus consumidores (HUNT, 1999, p. 37 *et seq.*; WAGNER, 1988, p. 214; OGIEN, 2005, p. 65-66). Foi justamente nesse contexto que a pornografia passou a ser definida em termos linguísticos (KENDRIK, 1987, p. 57).

Etimologicamente, a palavra pornografia deriva dos vocábulos do grego antigo *porne* e *graphein*. *Porne* significa prostituta; *graphein* significa grafia, escrita, desenho, gravura (BARRY, 1979, p. 205; DWORKIN, 1989, p. 199-200). Assim, através da literalidade da sua acepção etimológica, a pornografia pode ser entendida como escritos, desenhos ou gravuras sobre prostitutas e prostituição, escritos sobre sexo, representação de corpos nus e de atos sexuais (RIBEIRO, 2023, p. 52).

Nesse período, a pornografia se confundia com a obscenidade, e era restringida com base em uma justificativa moral. O moralismo é a crença da superioridade de uma concepção substancial de um bem sobre outro; quando falamos em moralismo sexual, o que entra em jogo é a defesa da superioridade de um determinado bem sexual em detrimento de outro. É considerado obsceno aquilo que ofende deliberadamente o pudor, suscitando representações de ordem sexual (DWORKIN, 1989, p. 10; OGIEN, 2005, p. 29-46).

Até o final do século XIX, a pornografia era produzida em forma de literatura, com a presença de narrativas sobre a representação explícita da atividade sexual, em especial de diálogos entre as mulheres e discussões sobre o comportamento das prostitutas, desafiando as convenções morais da época (HUNT, 1999, p. 24-26 e 39). É importante ressaltar que este período foi marcado por intensa repressão sexual, com base na moralidade (FOUCAULT, 2020, p. 07-58).

No final do século XIX, a invenção do negativo fotográfico e do cinema possibilitou que a produção pornográfica atingisse um outro patamar, passando a exigir corpos de atores reais para que fotos e vídeos fossem produzidos. Nesse cenário, as angústias higienistas e as legislações restritivas aos materiais considerados obscenos passaram a desenvolver-se com maior intensidade (HUNT, 1999).

Antes do século XX, especialmente antes do advento dos movimentos de liberação sexual, a pornografia não se colocava como uma questão central para o feminismo: seja porque existiam lutas mais primárias a serem conquistadas<sup>3</sup>, seja

---

<sup>2</sup> Segundo estudiosos, até o final do século XVIII e início do século XIX, período marcado pelas Revoluções Liberais, a pornografia possuía majoritariamente uma função política e/ou religiosa. Enquanto função política, era utilizada como sátira, de forma a ridicularizar os nobres ou sacerdotes, mostrando-os, por exemplo, com os calções de banho abaixados ou com a batina levantada em atos de fornicação. Enquanto função religiosa, era utilizada como forma de exaltar a fecundidade. Cf.: OGIEN, 2005, p. 65; HUNT, 1999, p. 09-48.

<sup>3</sup> A exemplo das conquistas de direitos civis e políticos, como o direito ao trabalho, à aquisição e controle dos próprios bens ou o direito ao voto e participação política. Sobre o tema, cf., dentre outras, COBO, 2020.

porque suas produções eram centradas na publicação de obras escritas<sup>4</sup> (que não envolviam corpos reais de mulheres para a sua confecção e não possuíam um grande impacto social).

Apenas quando essas produções começaram a se expandir<sup>5</sup>, atingindo as sociedades por meio de variadas formas de divulgação, e passaram a utilizar corpos de mulheres reais para a sua produção, a pornografia passou a desafiar as feministas.

O debate feminista sobre pornografia se desenvolve principalmente a partir da contraposição entre duas grandes correntes: a antipornografia e a pró-pornografia, cada uma apresentando definições próprias sobre o conceito de pornografia e seus impactos sociais. Estas discussões feministas sobre a pornografia, desenvolvidas a partir de 1970, eram voltadas às produções fotográficas e audiovisuais, comercializadas por meio da venda de revistas - como *Esquire*, *Hustler*, *Playboy*, *Penthouse* - e de vídeos em formato de DVDs - alugados por locadoras ou vendidos por lojas específicas.

De lá para cá, a indústria pornográfica se modificou substancialmente. No início do século XXI, com o desenvolvimento tecnológico e a expansão da internet, a pornografia adquiriu novas características, com i) grande volume de materiais, por meio da expansão dos meios de produção, das práticas sexuais e das formas de consumo; ii) oferta majoritariamente gratuita; iii) sustentada por uma rede de afiliados, para quem o tráfego é dirigido; iv) facilmente acessível e amplamente difundida e v) produzida por uma indústria capitalista altamente organizada e globalizada (RIBEIRO, 2025, p. 76 e ss).

A pornografia se tornou gratuita, facilmente acessível e amplamente difundida. Os sites tradicionais, de maior acesso no mundo, contêm um catálogo extenso de vídeos pornográficos, atualizados diariamente, disponíveis gratuitamente para os seus consumidores. A realidade atual é que apenas 3% dos consumidores de pornografia compram os materiais acessados<sup>6</sup> e que o acesso a esses materiais tem acontecido cada vez mais cedo, como ferramenta de educação sexual dos jovens. É sobre essa pornografia hegemônica, amplamente difundida e acessada gratuitamente de forma online, que o presente artigo abordará como ponto de partida para os debates feministas sobre a pornografia.

Apesar de estarmos falando sobre o mesmo fenômeno, as correntes feministas possuem visões diferenciadas sobre o conteúdo e significado dos materiais pornográficos.

4 Nesse contexto, registra-se o posicionamento de autoras feministas **que defendiam** a pornografia como categoria artística antes de tais produções se tornarem audiovisuais. Por exemplo, em sua obra "Imaginação Pornográfica", Susan Sontag faz a distinção entre três tipos de pornografia: i) a pornografia como item na história social; ii) a pornografia como fenômeno psicológico, encarado na visão comum da época como sintomático da deficiência ou da deformidade sexual; e iii) a pornografia como manifestação artística. Cf.: SONTAG, 2004, p. 03.

5 Na década de 1980, a indústria pornográfica já havia se tornado maior do que as indústrias fonográfica e cinematográfica estadunidenses juntas. Cf. DWORKIN, 1989, p. lvi-lvii.

6 Informação baseada em *Hot Girls Wanted – Turned On*. BAUER, Jill; GRADUS, Ronna; JONES, Rashida (Diretoras). EUA: Netflix Documentary, 2017, episódio 1.

Para a perspectiva antipornografia, a pornografia deve ser compreendida como qualquer material sexual que reforce a subordinação patriarcal e perpetue a violência contra mulheres; essa corrente considera como elemento central desses conteúdos a degradação feminina, a normalização da violência de gênero e a exaltação de relações marcadas por desigualdade de poder (DWORKIN, 1989; BARRY, 1979; DINES, 2010; MACKINNON, 1996; MORGAN, 1974, p. 59-67; RUSSELL, 1994). A pornografia, sob essa ótica, cumpre o papel de instrumento político para manter a ordem social patriarcal e diferenciar-se nitidamente do erotismo, entendido como expressão sexual consentida, igualitária e desvinculada de opressão e objetificação (DINES, 2010, p. 165; STEINEM, 1997b, p. 285; RUSSELL, 1994, p. 4).

Assim, a corrente feminista antipornografia constrói um conceito específico de pornografia, partindo de análise etimológica e estrutural da prostituição nas sociedades patriarcais (BARRY, 1979, p. 205; DWORKIN, 1989, p. 200) e distinguindo-a, de forma geral, de outros materiais que estimulam sexualmente o consumidor, como o erotismo e a obscenidade (BARRY, Kathleen, 1979, p. 205)<sup>7</sup>. A pornografia é, para esta corrente, caracterizada como aqueles materiais sexuais que contém subordinação patriarcal e de violência contra as mulheres (DWORKIN, 1989; BARRY, 1979; DINES, 2010; MACKINNON, 1996; MORGAN, 1974, p. 59-67; RUSSELL, 1994).

Em contrapartida, o feminismo pró-pornografia adota uma definição ampliada, encarando como pornografia toda produção que represente explicitamente a sexualidade (BUTLER, 2021, p. 44, 119-120; PRECIADO, 2018a, p. 319; WILLIAMS, 1989, p. 151-152; WILLIS, 1983, p. 460-467), enfatizando sua dimensão simbólica, seu papel no imaginário social e seu vínculo com a indústria do sexo. Nessa concepção, a pornografia não é apenas reflexo do olhar masculino dominante, mas um território de disputas, invenções e negociações subjetivas em torno dos desejos, prazeres e identidades sexuais. Mais do que fonte de violência, a pornografia pode ser identificada como um campo dinâmico de produção de subjetividades e de múltiplas possibilidades do prazer, onde diferentes experiências e identidades podem, a depender das práticas e das representações, ser negociadas ou tensionadas.

Além dessa dimensão simbólica, as feministas pró-pornografia destacam que o objetivo fundamental da pornografia é a ativação do prazer no espectador. Seja através da excitação visual, do estímulo à masturbação, ou mesmo do convite à fantasia individual, a pornografia se destina primordialmente a provocar o desejo sexual (PRECIADO, 2018a). Dessa forma, qualquer obra que empregue imagens, narrativas ou descrições capazes de instigar o prazer ou o desejo pode ser compreendida como pornográfica, independentemente de conter elementos de poder, dominação ou violência.

Ademais, as feministas pró-pornografia ressaltam que a pornografia, em sua expressão contemporânea, está intrinsecamente relacionada à lógica industrial e comercial. Trata-se de um produto da indústria do sexo, concebido para o consumo

---

<sup>7</sup> De outro lado, algumas feministas antipornografia, a exemplo de Andrea Dworkin, não estabelecem distinção entre pornografia e erotismo, afirmando que ambas são produtos de um mesmo sistema, diferenciando-se apenas em estilo e classe social. Nesse sentido, cf.: DWORKIN, 1989, p. lvi-lvii.

massivo e profundamente inserido no mercado (PRECIADO, 2018b, p. 281 et seq.; OSBORNE, 2002, p.36). O caráter público da sexualidade que a pornografia explicita está, assim, vinculado à sua circulação e comercialização em larga escala, revelando não apenas as normas e limitações do mercado, mas também as fantasias, tendências e desejos socialmente compartilhados ou reprimidos.

## **Pornografia, erotismo e obscenidade: distinções necessárias?**

De forma geral, o movimento antipornografia traça uma distinção entre os fenômenos da pornografia, do erotismo e da obscenidade. Enquanto a pornografia normaliza o contexto de degradação e violência contra a mulher, o erotismo não ensinaria qualquer forma de agressão, celebrando uma sexualidade igualitária e respeitadora, baseada na conexão e na paixão (DINES, 2010, p. 165; STEINEM, 1997, p. 285; RUSSELL, 1994, p. 4).

As feministas pró-pornografia apresentam uma crítica contundente às distinções comumente feitas entre pornografia e erotismo por setores do movimento feminista antipornografia. Para elas, essas divisões são problemáticas, pois estão baseadas em critérios subjetivos, carecem de uma definição objetiva e, muitas vezes, perpetuam julgamentos morais acerca de práticas sexuais. Além disso, argumentam que tanto a pornografia quanto o erotismo, conforme definidos pelas feministas antipornografia, constituem manifestações de um único fenômeno: a pornografia. Essa crítica se constrói sobre três eixos principais: as distinções entre práticas sexuais aceitáveis, os critérios de classe dos materiais, e a subjetividade pautada pelo gosto pessoal.

O primeiro ponto levantado pelas feministas pró-pornô diz respeito à tentativa de diferenciar práticas sexuais consideradas agradáveis e aceitáveis daquelas vistas como condenáveis ou violentas. Nesse sentido, as distinções entre pornografia e erotismo traduzem, segundo elas, uma imposição de normas sobre o que seria considerado sexo ideal (RUBIN, 1984; OSBORNE, 2002). O erotismo é frequentemente associado ao conceito de “sexo com amor”, em que sentimentos genuínos e boas maneiras seriam intrínsecos à relação sexual, conferindo-lhe um caráter mais desejável (OSBORNE, 2002). Por outro lado, a pornografia é retratada como desvinculada de qualquer sentimento, sendo vista como uma prática mais grotesca e reprovável. Contudo, as feministas pró-pornô contestam essa visão ao argumentar que as definições do que é considerado aceitável ou desejável variam de acordo com o contexto cultural e histórico, destacando que tais concepções não podem ser universalizadas (OSBORNE, 2002).

O segundo eixo crítico concentra-se no critério relacionado à classe dos materiais, que distingue o erotismo da pornografia com base em aspectos estilísticos e de representação dos indivíduos. Quanto ao estilo, observa-se que os materiais classificados como eróticos possuem uma produção mais requintada, com uso de iluminação sugestiva, sombras, planos distantes e cenários considerados sublimes. O erotismo tenderia a exaltar sentimentos e paixão, frequentemente destacando rostos e

expressões que revelam emoções e sensações, estabelecendo assim uma conexão com a “alma” ou os sentimentos do personagem. Em contraste, a pornografia apresenta uma produção visual mais crua e direta, marcada por iluminação forte, ênfase em planos repetitivos dos órgãos genitais e da penetração, além da exibição de situações explícitas e frequentemente grotescas. Ademais, os diálogos apresentados na pornografia são vulgares e diretos, direcionados majoritariamente para excitar o consumidor de forma breve e agressiva, contribuindo para o desprezo por sua estética (OGIEN, 2005, p. 26).

Por fim, as feministas pró-pornografia também destacam a ausência de uma definição objetiva para as categorias de erotismo e pornografia. Para elas, essas categorias tendem a ser usadas de maneira subjetiva, sendo frequentemente mobilizadas para criar distinções baseadas em preferências pessoais. Isso é expresso na ideia de que o erotismo seria associado aos gostos do próprio indivíduo, enquanto a pornografia seria relegada às práticas ou materiais que pertencem ao gosto alheio. Essa distinção, por seu caráter baseado apenas em julgamentos pessoais, evidencia a dificuldade de se estabelecer critérios universais que delimitem os valores associados às duas categorias (OSBORNE, 2002).

Por outro lado, as feministas antipornografia também traçam a distinção entre obscenidade e pornografia, ressaltando que a restrição promovida à obscenidade não tem qualquer relação com as críticas destinadas à pornografia. Enquanto a pornografia é uma prática política, inscrita nas relações de poder, concreta, que enseja a afirmação da superioridade masculina às custas da degradação da mulher (MACKINNON, 1991, p. 199); a obscenidade é abstrata, promove uma ideia moral, requer um julgamento de valor, e concerne à moralidade, distinguindo o bom do ruim, a virtude e a infâmia (MACKINNON, 1991, p. 196). A obscenidade se refere a fenômeno puramente moralista, que define quando o sexo pode ser publicamente mostrado, a partir da perspectiva do que agrada ou choca o “homem médio”. Para ilustrar a diferença entre estes fenômenos, Catharine MacKinnon, de forma incisiva, afirma que “*a obscenidade está mais preocupada com quando os homens ruborizam; a pornografia, com quando a mulher sangra*” (MACKINNON, 1991, p. 199).

Assim, de forma geral, para as feministas antipornografia, não há problema em se falar, representar ou fazer sexo; o problema reside quando a exibição das imagens pornográficas gera violência de gênero e perpetua a opressão de grupos minoritários (RUSSELL, 1994, p. 124 e 127; DINES, 2010, p. 165.)

Perceba que, de forma geral e em sua maioria, as feministas antipornografia não tecem críticas à pornografia utilizando argumentos morais com relação ao sexo, mas sim por ser um problema político que implica a subordinação civil das mulheres e, conseqüentemente, a violência de gênero dela resultante.

Ocorre que tal ponto tende a ser obscurecido pelos liberais e pelas próprias feministas pró-pornografia, ao passaram a se intitular como “feministas pró-sexo”, o que passa a ideia de que a corrente oposta seria “anti-sexo”, quando, na verdade, não é isso o que ocorre. Ao se autoneomarem como “pró-sexo”, as feministas pró-pornografia tentam marcar um posicionamento progressista com relação a liberação sexual e contra a moralidade sexual.

No prefácio de sua obra, Gloria Steinem confessa a sua insatisfação de ser taxada de “puritana”, “nova vitoriana” ou “anti-sexo” pelas mesmas pessoas que a condenaram como “libertina” ou “imoral” até pouco tempo. Em suas palavras,

Mulheres e homens que se opõem à pornografia porque ela normatiza a violência terão de lutar muito para não entrar para a História como as sufragistas, descritas como chatas, assexuadas e sabichonas. Afinal de contas, muitas delas acreditavam na liberação sexual tanto quanto nós, de Emma Goldman e Victoria Woodhull a Margaret Sanger. Fazer com que as mulheres pareçam ser anti-sexo e sem vida quando queremos apenas o direito à sexualidade, sem humilhação ou dor, fazer com que os homens pareçam ser fracos ou sexualmente privados por preferirem a cooperação à dominação é claramente uma tática para isolar qualquer um que tente separar a sexualidade da violência e da dominação — o que vem a ser um ataque bem no coração da dominação masculina (STEINEM, 1997, p. 16-17).

É importante desmitificarmos a argumentação de que as feministas antipornografia são contrárias ao sexo porque isso ofusca a real razão das críticas do movimento antipornografia. As feministas antipornografia, ao traçarem a distinção entre pornografia, erotismo e obscenidade, ressaltam que o problema da pornografia não é a exibição de imagens sexuais, mas o fato dela externalizar comportamentos violentos, abusivos e não desejados, que violam ou subordinam outras pessoas, especialmente as mulheres (RUSSELL, 1994, p 124 e 127; STEINEM, 1997, p. 16-17 e 282 et seq).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender não apenas o que está em disputa no conceito de pornografia, mas também como essas definições impactam a elaboração de políticas, práticas e representações sobre sexualidade, desejo e poder nas sociedades contemporâneas. É a partir dessa base conceitual que emergem os debates morais sobre o tema no interior do próprio feminismo.

## **A moralidade das críticas antipornografia**

O feminismo radical, com o lema “o pessoal é político”, demonstrou como relações privadas, inclusive a sexualidade, impactam o espaço público e devem ser reconhecidas como políticas (BELTRÁN et al., 2008, p. 77 et seq.; OKIN, 2008; PIMENTEL, BIANCHINI, 2021; RIBEIRO, 2025, p. 42 e ss). O sexo, nesse contexto, revela dinâmicas de poder social, e a negação do prazer sexual erótico feminino é vista como expressão do sexismo (SNITOW et al, 1983, p. 277 et seq.; OSBORNE, 2002, p. 18). Para feministas antipornografia, certos comportamentos sexuais perpetuam

injustiças sociais; por isso, elas defendem a necessidade de eliminar desigualdades na esfera íntima como passo fundamental para a emancipação das mulheres.

Contudo, as pró-pornografia criticam que, ao insistir em técnicas eróticas específicas para alcançar igualdade, as antipornografia acabam prescrevendo condutas e rejeitando práticas consideradas “indesejáveis”. Segundo elas, o movimento antipornografia se converteu em um veículo para estabelecer os parâmetros corretos de sexualidade lésbica<sup>8</sup>, rejeitando as expressões sexuais identificadas com o masculino, que fossem sadomasoquistas ou que adotassem papéis da heterossexualidade (ECHOLS, 1984, p. 50-72). Para as pró-pornografia, essa posição acaba recuperando restrições sexuais tradicionalmente combatidas pelo feminismo.

Nesse contexto, partindo de análises foucaultianas<sup>9</sup> sobre a sexualidade como produto da atividade humana, Gayle Rubin catalogou a existência de um sistema hierárquico de valores sexuais nas sociedades modernas, organizando-os de forma piramidal (RUBIN, 1984, p. 83-84 FOUCAULT, 2020).

As sexualidades que se encontram no topo dessa pirâmide são encaradas de forma privilegiada e os indivíduos que as performatizam são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais. Já as sexualidades que se encontram na base da pirâmide sofrem estigmas e preconceitos, sendo os indivíduos que a exercem sujeitos a presunção de doença mental, falta de idoneidade, tendência à criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda de apoio institucional, sanções econômicas e processos penais (RUBIN, 1984, p. 63-128).

Nas sociedades ocidentais modernas, tradicionalmente se encontram no topo dessa pirâmide, constituindo as classes altas sexuais, i) os heterossexuais monogâmicos, casados e com filhos, seguidos dos ii) casais heterossexuais monogâmicos não casados e, depois, iii) dos demais heterossexuais (RUBIN, 1984, p. 63-128).

Em uma zona ambígua, o sexo solitário flutuaria, na medida em que o estigma da masturbação permanecia potente, embora modificado, como na ideia de que os prazeres solitários são uma espécie de substituto inferior aos encontros de casais. E, no limite da respeitabilidade, estariam os casais estáveis lésbicos e gays de longa data (RUBIN, 1984, p. 63-128).

Passando para uma zona mais inferior da pirâmide, se encontrariam i) as lésbicas ‘caminhoneiras’ e os homens gays promíscuos, seguidos das ii) classes sexuais mais desprezadas, que incluem as pessoas transsexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e profissionais do sexo e, como classe mais baixa de todas, iii) os relacionamentos eróticos intergeracionais, que transgridem as fronteiras geracionais (RUBIN, 1984, p. 63-128).

---

8 Algumas feministas pró-pornografia argumentam que o movimento antipornografia apresentava tendências heterofóbicas. Por exemplo, na perspectiva de Susan Griffin, os elementos básicos da violação sexual estariam presentes em todas as relações heterossexuais. Sobre o tema, cf.: ECHOLS, 1984, p. 50-72.

9 Foucault critica a visão tradicional da sexualidade como impulso natural da libido que busca se liberar da coerção social. Para o autor, os desejos não são entidades biológicas preexistentes, mas sim são constituídos no decorrer de práticas sociais específicas ao longo da história. FOUCAULT, 2020

As formas privilegiadas de sexualidade são reguladas e proibidas pelo Estado, pelas tradições religiosas, medicina, psiquiatria e opinião pública. Para os grupos sociais dominantes, o aparecimento e visibilidade das classes baixas sexuais significa ansiedade, incômodo e ameaça de contaminação e um desafio a sua hegemonia (VANACE, 1984, p.1-28).

Esse sistema de hierarquia sexual é pautado em uma forte moralidade, na medida em que concede virtude aos grupos dominantes e relega o vício aos desprivilegiados<sup>10</sup>. Nesse contexto, somente são reconhecidos como moralmente aceitáveis os atos sexuais que estão no lado superior da pirâmide; aqueles que se aproximam das classes baixas sexuais são considerados totalmente repulsivos, desprovidos de qualquer nuance emocional. Assim, quanto mais afastado do topo da pirâmide estiver um ato sexual, mais ele será encarado como uma experiência consistentemente má (RUBIN, 1984, p. 83 et seq)<sup>11</sup>.

Esse sistema funciona com fluidez e se mantém invisível dentro da nossa estrutura social (VANACE, 1984, 1-28). Como resultado dos conflitos sexuais decorrentes da Revolução Sexual, alguns comportamentos localizados próximos a fronteira estão começando a avançar em direção à parte superior da pirâmide, a exemplo dos casais em concubinato, da masturbação e algumas formas de homossexualidade.

Assim, ao evidenciar a dimensão moralista das hierarquizações sexuais, autoras como Gayle Rubin abriram espaço para a formulação de respostas criativas por parte do feminismo pró-pornografia, que busca transformar não apenas o conteúdo, mas também as formas de produção, distribuição e fruição da pornografia.

As feministas pró-pornografia argumentam que a fantasia sexual — inclusive aquela que envolve dominação ou violência — faz parte da complexidade da sexualidade humana e assume significados que não se reduzem à perpetuação da opressão patriarcal. Destacam que a sexualidade é ambígua e cheia de nuances, difícil de ser rigidamente delimitada ou julgada. Para elas, em vez de condenar fantasias ou práticas como o *BDSM* (Bondage, Disciplina, Sadismo, Masoquismo), o esforço deveria focar em fortalecer o consentimento, a negociação e a autonomia dos sujeitos nas relações sexuais.

Para as feministas pró-pornografia, o movimento antipornografia utilizou de forma retórica e inflamatória a iconografia sadomasoquista, aplicando-a de forma descontextualizada, com o objetivo de angariar adeptos (VANACE, 1984, p. 166 e ss., RUBIN, 1984, p. 110, OSBORNE, 2002, p. 250.) As propagandas antipornografia recorriam a uma amostra altamente selecionada de imagens sadomasoquistas para respaldar o argumento da violência contra a mulher e condenar esta prática sexual (RUBIN, 1984, p. 110-11). Fora de contexto, tais imagens costumam ser chocantes,

<sup>10</sup> Rubin sustenta que esse sistema de hierarquia sexual funciona de forma muito semelhante aos sistemas ideológicos do racismo, do etnocentrismo e do chauvinismo religioso, racionalizando o bem-estar dos privilegiados e impondo uma série de adversidades, desvantagens e prejuízos àqueles que estão na base da pirâmide (RUBIN, 1984, p. 83 et seq).

<sup>11</sup> Assim, a homossexualidade, o fetichismo, o sadomasoquismo, a transexualidade e os encontros intergeracionais ainda despertam reações de horror, sendo percebidos como incapazes de envolver afeto, amor, livre escolha, gentileza ou transcendência (RUBIN, 1984, p. 83 et seq).

o que foi impiedosamente explorado para assustar o público<sup>12</sup>, fazendo-o aceitar a perspectiva antipornografia.

Organizações como o Samois defendem a legitimidade do sadomasoquismo consensual e sua importância para desafiar noções tradicionais de poder e prazer (SAMOIS, 1987, p. 03). A experiência do BDSM revela que poder e desejo podem ser negociados de forma positiva, e que tentar suprimir ou condenar tais práticas frequentemente resulta da ignorância ou do medo do desconhecido. Por isso, para as feministas pró-pornografia, reconhecer e debater a pluralidade da sexualidade é essencial para garantir maior autonomia e prazer, em vez de impor novos limites e formas de repressão.

Nesse contexto, o argumento central das feministas pró-pornografia é que, ao insistir na definição de uma sexualidade ideal — seja ela marcada pelo lesbianismo normativo ou por práticas sexuais “não violentas” — o movimento antipornografia acaba reproduzindo a mesma lógica de exclusão e moralização apontada por Rubin (1984). Dessa forma, o feminismo antipornografia, ainda que com outra linguagem, reforça os limites de aceitabilidade do desejo e perpetua o regime moralista que restringe a diversidade sexual e a pluralidade das vivências humanas.

Diante dessa crítica à hierarquização das práticas sexuais e da denúncia dos limites impostos pelo olhar moralizante — exposta de forma contundente por Rubin e acolhida pelas autoras pró-pornografia —, ativistas feministas passaram a buscar formas concretas de subverter e ampliar o campo da sexualidade representada. Surge, então, um movimento por uma produção pornográfica alternativa, onde diferentes modos de experimentar, narrar e encenar o desejo ganham espaço, rompendo com os modelos tradicionais e excludentes de representação sexual.

Nesse ponto, é preciso realizar algumas considerações sobre as críticas do feminismo antipornografia ao sadomasoquismo. Ao analisar os argumentos das feministas antipornografia ao sadomasoquismo, podemos constatar que suas críticas decorrem de três motivos centrais: i) pela realização de uma análise estrutural dos termos “sadismo” e “masoquismo”, constatando, em sua origem, a violação de direitos das mulheres; ii) por focarem nas violações da pornografia sadomasoquista e aos maus usos dessas práticas, e iii) por não conhecerem de perto o universo das práticas sadomasoquistas (RIBEIRO, 2025, p. 253 e ss.).

Embora seus argumentos apresentem pontos importantes a serem considerados, alguns deles possuem problemas que precisam ser superados. Para abordar esses problemas de forma mais compreensível, preciso distinguir os argumentos dessa

---

<sup>12</sup> Segundo Rubin, o discurso que o movimento antipornografia tem sobre a sexualidade é menos uma sexologia que uma demonologia, por apresentar da pior forma possível a maioria dos comportamentos sexuais. As descrições das condutas eróticas são feitas com base nos piores exemplos disponíveis como se estes fossem representativos, mostrando a pornografia mais desagradável, as formas mais aproveitadoras de prostituição e as menos palatáveis ou mais chocantes manifestações de variação sexual. As táticas retóricas do movimento antipornografia deturpam de forma consistente a sexualidade humana em todas as suas formas e reforçam a hierarquização das condutas sexuais existente em nossa sociedade. (RUBIN, 1984, p. 115).

corrente que são voltados à pornografia sadomasoquista daqueles que são direcionados à prática sadomasoquista.

O sadomasoquismo é uma das manifestações do universo do BDSM, no qual são levadas muito a sério as normas sobre consentimento. Trata-se de uma prática pautada na troca de poder, em um contexto que pode ser sexual e onde a violência existente é racional e consentida, constituindo-se de forma controlada, ritualizada da violência. Os participantes dessa prática voluntariamente desejam ou vivenciam a fantasia de dominação e submissão.

Diferente das condutas de violência praticadas pelo Marquês de Sade, em que não havia anuência e desejo das vítimas em se submeterem, as práticas sadomasoquistas funcionam no cenário lúdico de um jogo, onde todas as regras são previamente negociadas, com estabelecimento de limites e a fixação de palavras de segurança, que são utilizadas por qualquer das partes para que a prática seja interrompida<sup>13</sup>.

Se os adeptos do sadomasoquismo sustentam que suas práticas são pautadas no consentimento das partes envolvidas e no seu real desejo de desempenhar os papéis desenvolvidos nesse “jogo”<sup>14</sup>, o mesmo não pode ser dito com relação à pornografia sadomasoquista.

A pornografia sadomasoquista, como qualquer outra pornografia desenvolvida pela indústria do sexo, funciona de acordo com as imposições do diretor, com base no roteiro estabelecido previamente ou durante as gravações. A pornografia sadomasoquista, como regra, não é uma gravação de uma prática sadomasoquista que se desenvolve conforme o roteiro e as vontades de seus praticantes, sendo resultante das vontades de um terceiro que, por meio do dinheiro, impõe as práticas sexuais que serão realizadas.

No contexto pornográfico, o sadomasoquismo reforça os estereótipos de gênero e de violência contra a mulher e/ou outros grupos minoritários, minando seus postulados enquanto prática. Assim, esse tipo de pornografia realiza a apropriação das práticas sadomasoquistas sem levar em conta os pressupostos de seu desenvolvimento. Desta forma, ela tende a funcionar como o ápice da violência contra a mulher perpetrada nestes materiais.

Assim, os motivos das críticas do movimento feminista antipornografia aos materiais pornográficos sadomasoquistas precisam ser compreendidas. No entanto, a utilização da iconografia sadomasoquista para ilustrar a violência contra a mulher nas produções pornográficas foi uma tática prejudicial, por várias razões. Em primeiro lugar, porque a utilização da iconografia sadomasoquista para criticar essas produções pornográficas tende a gerar um estigma ainda maior às minorias sexuais praticantes do BDSM. Em segundo lugar, porque tende a ofuscar o fato de que a violência contra

<sup>13</sup> Sem dúvida, existem casos de violação dessas regras e de pessoas que utilizam as práticas sadomasoquistas sem levar em consideração suas regras. É o que se constata no relato de Linda Lovelace, quando foi violada por uma prostituta dominadora. Cf.: LOVELACE; McGRADY, 2005. A existência de casos desviantes das regras do jogo não implica que a prática deva ser rechaçada, mas sim que quem as realizou sem consentimento da parte contrária seja condenado(a).

<sup>14</sup> Acerca das defensoras do sadomasoquismo, cf., dentre outras, SAMOIS, 1987; RUBIN, 1984.

a mulher é uma constante em toda a produção pornográfica patriarcal e não apenas na pornografia extrema ou *hardcore*

Ao defenderem que a maneira de tornar o mundo seguro para as mulheres é acabar com o sadomasoquismo (RUBIN, 1984, p. 110-111.), as feministas antipornografia cometem o erro de estigmatizar uma minoria sexual e suas práticas e condenar o universo das fantasias sexuais, que é uma parte inerente e importante de nossa sexualidade.

Nesse contexto, as críticas das feministas antipornografia acerca das práticas sadomasoquistas precisam ser repensadas e reenquadradas à luz da análise estrutural que fazem do consentimento, para que não continuem a i) desconsiderar as fantasias, os desejos e as vontades sexuais, presentes em práticas consideradas normais e, também, em práticas sexuais não normativas, e ii) gerar culpa pelo exercício da sexualidade, por não contemplar toda a sua complexidade.

Dessa forma, compreende-se que o debate feminista sobre pornografia está menos ancorado em respostas absolutas e mais na disputa por significados, normas e valores que atravessam tanto o espaço público quanto o privado. A seguir, é essencial entender como tais disputas contribuem para críticas às hierarquias sexuais e para a busca de alternativas que ampliam o campo do desejo e da diversidade sexual.

## Uma outra forma de fazer pornografia

Nesse contexto, destacam-se iniciativas como a pornografia adequada para mulheres, a pornografia ética, a pornografia feminista e o pós-pornô, que buscam construir alternativas à pornografia hegemônica, livres de mensagens sexistas e fundamentadas em valores de respeito, diversidade e autonomia.

Essas iniciativas têm sido lideradas, em sua maioria, por ativistas feministas empenhadas em mostrar que é possível fazer outra pornografia. Esse desenvolvimento de alternativas tem sido protagonizado por mulheres feministas, trabalhadoras(es) do sexo e profissionais nos bastidores da indústria, que buscam construir um novo modo de fazer pornô. Entre essas figuras destacam-se Anne Sprinkle<sup>15</sup>, Cindy Gallop<sup>16</sup>,

---

15 Anne Sprinkle — mulher cisgênero, branca, lésbica, estadunidense, sexóloga, artista e ex-trabalhadora do sexo — atuou na indústria do sexo por duas décadas e depois se tornou artista performática e educadora sexual. Foi pioneira ao migrar do universo pornô para o artístico e acadêmico, recebeu bolsas e teve livros premiados, além de influenciar debates em universidades e nos estudos de gênero.

16 Cindy Gallop, inglesa, consultora publicitária e empresária, fundou o projeto “Make Love Not Porn” para suscitar discussões sobre os efeitos da pornografia na visão de sexo dos jovens e encorajar a vivência do “sexo do mundo real”, em oposição a padrões do pornô hegemônico.

Erika Lust<sup>17</sup>, Virginie Despentes<sup>18</sup> e Tristan Taormino<sup>19</sup>, todas relevantes para o debate feminista sobre o pornô ao redor do mundo.

A proposta central da pornografia feminista é construir um “ pornô para mulheres”, feito por mulheres e também para o público feminino, buscando expandir experiências no campo da sexualidade com respeito, diversidade e sem objetificação, mas expandir suas vivências no terreno da sexualidade (COBO, 2020, p. 116 e ss).

Nos EUA, o surgimento da pornografia feminista começou a ser observado desde a década de 1980, com o surgimento de revistas feitas por feministas e focadas em excitação sexual, como *Eidos*, *Outrageous Women*, *On Our Backs* e *Bad Attitude* (SNITOW, 1983b, p. 245-263). Nas décadas seguintes, já se podia observar, de forma embrionária, o surgimento de gravadoras criadas por feministas que vendiam e alugavam vídeos pornográficos voltados para mulheres<sup>20</sup> e diretoras mulheres que produziam “ pornografia pelo ponto de vista da mulher”<sup>21</sup>. Estas iniciativas foram consideradas pelas feministas pró-pornografia como uma conquista sexual das mulheres em busca de seu próprio prazer (SNITOW, 1983b, p. 245-263; OSBORNE, 2002, p. 181-182).

Os materiais sexuais voltados à excitação sexual podem ser desejados também por mulheres, que podem querer assisti-los ou até mesmo participar da sua produção. Para as feministas pró-pornografia, condenar mulheres que desfrutem imagens sexuais excitantes nada mais é do que impor novas restrições sexuais às suas vidas (VANCE, 1984, 1-28). E é justamente por observar esse contexto que elas defendem que o problema não é a pornografia (em sentido amplo) em si, mas o fato de que a pornografia produzida ser majoritariamente sexista.

Nesse contexto, Erika Lust defende que “ é hora de o pornô mudar” (LUST, 2014). A cineasta observa que a pornografia não se modificou nada com as conquistas feministas e que a indústria pornográfica é repleta de homens, que não tem uma

17 Erika Lust, diretora sueca, foi uma das principais propagadoras da pornografia feminista contemporânea, ao dirigir filmes que buscam priorizar o prazer das mulheres, demonstrar maior diversidade de corpos e sexualidades e garantir condições de trabalho seguras e remuneração justa para os envolvidos. Seu trabalho é premiado internacionalmente e sua atuação abrange desde a direção de filmes até projetos educacionais sobre sexualidade.

18 Virginie Despentes, escritora e cineasta francesa, ficou conhecida por suas obras sobre gênero, sexualidade e experiências marginais, como em “King Kong Theory”. (DESPENTES, 2016)

19 Tristan Taormino, estadunidense, é autora e diretora de filmes em educação sexual e pornografia feminista, conhecida internacionalmente por suas palestras e livros sobre relações, diversidade sexual, BDSM e justiça social. Além de autora e conferencista, Taormino tem produzido filmes premiados e defendido os direitos das trabalhadoras do sexo.

20 Por exemplo, a produtora *Good For Her* foi criada em 1997, por feministas que compravam e alugavam uma pequena seleção de DVDs pornográficos, voltados ao prazer das mulheres e de minorias marginalizadas. Com as mudanças tecnológicas do século XXI, que impulsionaram alterações na indústria pornográfica, as opções de materiais aumentaram, com maior variedade de perfis de atores e atrizes pornográficos. Cf.: Feminist Porn Awards. The Feminist Porn Awards: How did it all start? Coluna de 13 de março de 2015. Disponível em: <https://www.feministpornawards.com/blog/the-feminist-porn-awards-how-did-it-all-start/> Acesso em 20 ago 2022.

21 No final da década de 1980, Candida Royalle, ex-atriz e diretora pornográfica, introduziu ao mundo a sua pornografia produzida pelo “ ponto de vista da mulher” (TAORMINO et al. 2013, p. 257).

inteligência sexual muito grande e que veem as mulheres como objetos de seu prazer. Ela defende que para isso mudar precisamos de mais mulheres em cargos de poder na indústria pornográfica, como produtoras, realizadoras, roteiristas, etc<sup>22</sup>.

Essa movimentação em direção a um outro modo de fazer pornografia impulsiona o surgimento de diferentes categorias e propostas, cada uma com valores e ênfases próprias, buscando responder às restrições da indústria tradicional ao mesmo tempo em que dialogam com as demandas ético-políticas contemporâneas. Nesse cenário, destacam-se as categorias da pornografia adequada para mulheres, a pornografia ética e pornografia feminista.

A pornografia adequada para mulheres, também conhecida como pornografia para casais (*couples porn*) e pornografia romântica (*romance porn*), tem por público-alvo mulheres que assistem pornô sozinhas ou com suas (seus) parceiros (parceiras), sendo os filmes mais leves do que o pornô tradicional, com maior sensualidade, elementos românticos, mais beijos e menos cenas faciais e anais (FEMINIST Porn Awards, 20--).

A pornografia ética refere-se a produções que priorizam boas condições de trabalho: atores e atrizes recebem remuneração justa, atuam com consentimento informado, têm liberdade para escolher práticas e parceiros, e trabalham em ambientes que garantem segurança e respeito, sem coerção ou tráfico (FEMINIST Porn Awards, 20--). O foco está nos direitos e bem-estar dos trabalhadores do sexo envolvidos na produção.

Por fim, a pornografia feminista vai além desses critérios ao articular práticas laborais éticas e inclusão. Ela prioriza não só o bem-estar dos trabalhadores, mas promove diversidade de corpos, gêneros, raças e desejos, desafia estereótipos e se empenha em retratar prazeres e experiências normalmente ausentes da pornografia tradicional, trazendo mulheres, minorias e variadas formas de sexualidade para o centro da narrativa (FEMINIST Porn Awards, 20--).

Essas distinções não são rígidas, mas ajudam a compreender o espectro de alternativas construídas em resposta às limitações da indústria pornográfica tradicional, possibilitando outras formas de representação, prazer e autonomia.

Para Tristan Taormino, a pornografia feminista é aquela criada de maneira justa, significando que os atores são remunerados com um salário razoável e mais importante tratados com cuidado e estima; a aprovação, segurança e bem-estar são fundamentais, e o que eles trazem para a produção é apreciado e o ponto central da pornografia feminista é empoderar aqueles que a produzem e as pessoas que a consomem, sendo um instrumento de igualdade de gênero e de justiça social (TAORMINO, 2013, p. 260 *et seq.*).

Para ser reconhecida como pornografia feminista, uma produção sexual precisa se estruturar a partir de alguns princípios fundamentais. Em primeiro lugar, destaca-se a participação ativa de mulheres em todas as etapas do processo criativo, desde a concepção até a direção, bem como a promoção de diversidade nos corpos e identidades

---

22 Lust defende que não deseja que as mulheres desapareçam do pornô, mas estejam na pornografia em um papel diferente, por detrás das câmeras, de forma a explorar a sexualidade feminina, a realizar filmes adultos por uma perspectiva diferente, a partir da perspectiva de uma mulher.

representados, abrangendo gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade e desejos. Outro aspecto essencial é o respeito aos trabalhadores do sexo, que devem atuar em condições justas, com remuneração adequada, consentimento pleno e autonomia sobre suas escolhas durante as filmagens. Tais filmes também são pautados por uma lógica colaborativa, em que diretores dialogam com os atores e acolhem suas fantasias e limites, rejeitando roteiros rígidos e hierarquizados. O prazer feminino, frequentemente negligenciado na pornografia tradicional, passa a ser prioridade, sendo tornados visíveis e autênticos nas cenas. Por fim, a pornografia feminista desafia os padrões hegemônicos, propondo novas formas de encenação sexual, ampliando o espectro de experiências e identidades retratadas e promovendo a inclusão, sobretudo de mulheres e minorias que permanecem à margem na pornografia hegemônica (FEMINIST Porn Awards, 20--).

Há muitos equívocos sobre a pornografia feminista, frequentemente compreendida como restrita ao universo lésbico, caracterizada por suposto antagonismo ao prazer masculino ou limitada a representações alternativas de corpos e práticas. Na verdade, o pornô feminista, pode ser soft, baunilha, ou mais arrojado, *kinky* e com elementos de *BSDM*, sendo a consensualidade o ponto fundamental; pode ser uma alta produção ou de baixo custo; pode conter uma narrativa ou apenas apresentar a relação sexual; pode ser heterossexual, queer, cis, trans, bi ou combinar várias formas, sendo um reflexo da diversidade da sexualidade humana e incluindo, inclusive, o prazer masculino, por meio de uma perspectiva não patriarcal (FEMINIST Porn Awards, 20--).

Ao distinguir e aprofundar essas modalidades, o debate feminista não apenas amplia as possibilidades de representação e prazer, mas também contribui para redefinir os marcos do que pode ser considerado legítimo, desejável e político na experiência pornográfica contemporânea. Ao iluminar as distinções e convergências dessas modalidades alternativas, constata-se o quanto o debate feminista atual contribui para expandir o universo do que pode ser reconhecido como experiência sexual legítima e politicamente transformadora.

Nesse ponto, considero que há uma convergência importante – e obscurecida – entre as correntes feministas sobre a pornografia. O erotismo, defendido pelas feministas antipornografia, e pornografia feminista, sustentada pelas feministas pró-pornografia, podem ser encarados como a mesma coisa.

Como abordado anteriormente, as feministas pró-pornografia criticam a distinção entre pornografia e erotismo, especialmente por vislumbrarem que os materiais eróticos são encarados como aqueles de sensualidade implícita, que transmitem a ideia de que apenas a sexualidade amorosa, carinhosa, passiva, seja positiva, gerando a trivialização da pulsão erótica e reforçando a hierarquização sexual existente na sociedade.

No entanto, a defesa das feministas antipornografia do erotismo tem por finalidade defender a produção e o consumo de materiais sexuais excitantes pautados no consenso e na vontade das partes. Com base nas observações tecidas acima sobre a necessidade de readequação de suas visões sobre as práticas sadomasoquistas, o

erotismo poderia ser reenquadrado para contemplar não apenas a sexualidade refletir toda a diversidade de prazeres e desejos sexuais humanos.

Nesse sentido, deveríamos fazer a releitura do que seja o erotismo, para incluir que as relações sexuais eróticas, que contemplam a reciprocidade e reconhecimento das partes, a consideração dos corpos, deve contemplar não apenas o sexo romântico, mas toda e qualquer relação sexual em que os desejos das pessoas envolvidas sejam respeitados.

Assim, as correntes feministas sobre pornografia têm muito mais em comum do que imaginam: elas apelam para a promoção de uma sexualidade sadia, pautada na vontade de ambas as partes, com a presença de desejos mútuos e colocando em pauta o prazer de todas as partes envolvidas.

Nesse contexto, acredito que tanto o erotismo quanto a pornografia feminista adotam uma fórmula de sexualidade ideal<sup>23</sup>: a sexualidade *consentida*, desenvolvida com base no *real* desejo das partes envolvidas. Essa fórmula contempla um amplo horizonte de práticas sexuais, que envolve tanto os atos sexuais que se desenvolvem de forma solitária (masturbação), em casal, a três ou em grupos; que podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais ou não binários; que envolvem ou não penetração; que podem ou não envolver estímulos orais, vaginais, anais etc.; que são mais suaves e delicados ou mais enérgicos, com doses de violência combinadas e desejadas; com fins reprodutivos ou recreativos; com vínculos permanentes ou casuais, etc.

Essa sugestão permite a expansão da sexualidade humana de forma sadia, na medida em que todas as preferências sexuais, se exercitadas de forma *consentida*, estão contempladas. Assim, a sexualidade consentida parece ser a fórmula ideal a ser promovida pelos materiais sexuais excitantes e a ser defendida por ambas as correntes feministas sobre a pornografia.

Por fim, as feministas pró-pornografia também sustentam como produção alternativa o pós-pornô. Esta forma de produção emerge, desde sua origem, como um movimento artístico-político que radicaliza as propostas do pornô feminista. Mais do que apenas uma alternativa estética, o pós-pornô tem como objetivo central visibilizar corpos, práticas e identidades que desafiam as normas e expectativas sociais quanto ao sexo e ao gênero, trazendo para o centro das produções aqueles historicamente marginalizados pelas narrativas hegemônicas (COBO, 2020, p. 116 e ss.).

Caracteriza-se por promover uma inversão radical do sujeito da pornografia: mulheres, atores e atrizes pornôs, trabalhadores do sexo, gays, lésbicas e outros sujeitos

---

23 Segundo Gayle Rubin, as feministas antipornografia seguem uma tendência adotada pela maioria dos campos de pensamento sobre o sexo, ao postular a adoção de uma sexualidade ideal: para a religião, o ideal é o casamento procriativo; para a psicologia, a heterossexualidade madura. Cf.: RUBIN, 1984, p. 63-128. Nesse contexto, para as feministas culturais, a sexualidade ideal seria a sexualidade lésbica; e para as que estabelecem a distinção entre pornografia e erotismo, seriam as relações sexuais não violentas. Nesse sentido, cf., respectivamente: RICH, 1983, p. 177-205; DINES, 2010. Contrariamente à perspectiva de Gayle Rubin, considero possível sustentar uma fórmula ideal de sexualidade, que não se pautem em parâmetros morais, mas em critérios de justiça.

até então objeto do olhar disciplinador passam a ocupar o papel de protagonistas de sua própria representação (PRECIADO, 2018b, p. 288-289).

Ao questionar e subverter códigos estéticos, médicos e políticos, o pós-pornô transforma a pornografia em ferramenta crítica e performativa, favorecendo o debate público e político sobre os limites impostos à sexualidade. Trata-se de um instrumento de subversão, no qual a representação da sexualidade e as técnicas pornográficas foram deslocadas para o campo da intervenção política, com críticas às visões tradicionalmente estabelecidas pela medicina e pela pornografia tradicional (PRECIADO, 2018b, p. 288-289).

Um marco importante desse movimento foi o espetáculo “*The Public Cérvix Announcement*”, em que Anne Sprinkle<sup>24</sup>, usando de performance, convidou o público a explorar, de maneira participativa e educativa, o interior de sua própria vagina, deslocando a sexualidade para o campo da arte e da intervenção política. A partir dessa atuação, Sprinkle desenvolveu outras criações performáticas, como “*Post Porn Modernist*” e “*Herstory of Porn*”, abrindo caminho para diversas abordagens teóricas e estéticas dentro do pós-pornô<sup>25</sup>.

Desde então, o pós-pornô vem se expandindo por meio de experiências e criações de nomes como Shelley Mars, Fatal Video, Virginie Despentes e Coralie Trinh Thi, Del LaGrace Volcano, Maria Beatty, Bruce LaBruce, Shu Lea Cheang, Post-Op Giuseppe Campuzano, Nadia Granados La Fulminante, Porno Porsi, entre outros (PRECIADO, 2018b, p. 288).

Nesse percurso, o pós-pornô emerge como experimento radical que desafia fronteiras entre arte, política e sexualidade, ampliando horizontes e reinventando as formas de produção e de visualização do desejo, ao mesmo tempo em que convoca novos sujeitos à cena e ressignifica o papel do espectador e do produtor na pornografia.

## Conclusão

Ao longo deste artigo, demonstrei como os debates feministas em torno da pornografia evidenciam a complexidade e a pluralidade do próprio movimento, demonstrando como diferentes concepções de sexualidade, poder e prazer podem gerar posições antagônicas, mas que não precisam ser inconciliáveis.

Inicialmente, deparamo-nos com as profundas fissuras que cindiram o feminismo: de um lado, a vertente antipornografia, impulsionada pela preocupação com a perpetuação das estruturas patriarcais, a objetificação dos corpos femininos e a violência inerente à pornografia hegemônica. De outro, as feministas pró-pornografia, que, em sua luta pela liberdade sexual e pela legitimação dos desejos dissidentes,

<sup>24</sup> Desde 1989, Sprinkle vinha realizando performances teatrais pornográficas sobre sua vida, como o “*Post Porn Modernist*” (1990-1995) e o “*Herstory of Porn*” (1997).

<sup>25</sup> Preciado cita, além do pós-pornô, o *camp*, *drag king*, *BSDM*, *anarcopunk*, *ciber*, *queer*-indígena. (PRECIADO, 2018b, p. 288).

desafiaram as rígidas fronteiras entre pornografia e erotismo, expondo o caráter moralista e excludente de certas normatizações.

Verificamos que o conceito de pornografia adotado pelas correntes feministas, perpassando pela volução histórica do fenômeno, desde suas raízes culturais até sua transformação na era digital. Na sequência, exploramos as distinções estabelecidas pela vertente antipornografia entre pornografia, erotismo e obscenidade. A pornografia é compreendida como uma prática política que normaliza a degradação e a violência contra a mulher, afirmando a superioridade masculina às custas da subordinação feminina. Em contraste, o erotismo é visto como uma expressão sexual consentida, igualitária e desvinculada de opressão e objetificação. Já a obscenidade, por sua vez, é entendida como um fenômeno de cunho moralista, focado na restrição do que pode ser publicamente mostrado e na distinção entre o bom e o ruim, sem necessariamente implicar a violência política da pornografia. Estas categorizações foram confrontadas com as críticas da pró-pornografia à subjetividade e ao caráter moralista dessas distinções, que frequentemente reproduzem hierarquias sexuais.

Aprofundando-nos na dimensão moral das críticas, examinamos as raízes das objeções antipornografia, especialmente em relação a práticas sexuais de grupos minoritários. A partir do conceito de hierarquia sexual de Gayle Rubin, evidenciamos como a estigmatização de certas expressões sexuais e a confusão entre sexo consensual e pornografia hegemônica podem gerar julgamentos de valor e exclusão.

Finalmente, apresentamos as propostas alternativas ao modelo pornográfico hegemônico como a pornografia ética, feminista e o pós-pornô. Essas iniciativas demonstram a capacidade de reinventar a produção pornográfica, promovendo o respeito, a diversidade, o consentimento e a agência dos sujeitos envolvidos.

A polaridade entre as vertentes acentuou-se com as críticas contundentes das feministas pró-pornografia, que desvelaram as hierarquias morais incrustadas nas condenações sexuais, a taxação pejorativa de “anti-sexo” e a estigmatização de práticas como o sadomasoquismo consensual. Contudo, essa aparente irreconciliabilidade não nos conduziu a um impasse, mas sim a uma compreensão mais matizada. Ao explorar as propostas alternativas — como a pornografia ética, a pornografia feminista e o pós-pornô — percebemos o fervor de um movimento que anseia por reinventar o fazer pornográfico, expandindo a representatividade, o consentimento e a pluralidade sexual, e, assim, forjando caminhos para a emancipação.

Essa compreensão mais matizada conduz à percepção de que as críticas formuladas pelo feminismo pró-pornografia à moralidade sexual presente nos discursos antipornografia não devem ser encaradas apenas como oposições inconciliáveis. Ao contrário, elas representam um convite ao diálogo e à autocrítica dentro do próprio campo feminista. Tais críticas, ao problematizarem a existência de hierarquias morais, de dicotomias rígidas entre erotismo e pornografia e de normas que tendem a excluir o dissenso e a diversidade dos desejos, contribuem de maneira significativa para aprimorar nossas práticas políticas e teóricas no que diz respeito ao sexo, ao prazer e à representação dos corpos dissidentes.

Ao reconhecermos a legitimidade das inquietações apresentadas pelas feministas pró-pornografia — especialmente aquelas que desafiam a ideia de uma sexualidade “correta” ou única — nos tornamos mais aptas a construir estratégias de enfrentamento não apenas contra a violência e o sexismo presentes na indústria pornográfica tradicional, mas também contra os efeitos excludentes de determinados discursos normativos no interior do próprio feminismo. Incorporar essas críticas exige abertura para pensar outras formas de vivenciar, produzir e consumir pornografia, entendendo-a como um campo de disputas, de invenções políticas e, potencialmente, de emancipação.

Como vimos, o feminismo é um movimento plural, composto por diferentes vertentes, mas que tem um mesmo objetivo pulsante: promover a igualdade de gênero. Apesar de existirem caminhos diferentes a serem seguidos para alcançar essa meta, acredito que é possível convergirmos as estratégias para aumentar a nossa força. Nesse sentido, é possível, e sobretudo necessário, buscarmos caminhos de convergência entre posições que, à primeira vista, podem parecer antagônicas. Isso implica reconhecer, por um lado, os riscos e problemas associados à pornografia hegemônica — como a objetificação, a mercantilização desigual do prazer e a perpetuação de estereótipos — e, por outro, apostar nas potencialidades transformadoras de novas formas de fazer pornografia, pautadas pela ética, pelo respeito, pela diversidade e pela agência dos sujeitos envolvidos.

Desta forma, as críticas trazidas pelo feminismo pró-pornografia à moralidade sexual subjacente ao feminismo antipornografia não precisam ser vistas como antagônicas, mas podem ser incorporadas no aperfeiçoamento de práticas e reflexões feministas sobre o sexo, o prazer e a representação dos corpos dissidentes.

A essência da conciliação entre as correntes reside na defesa inegociável de uma sexualidade pautada no consentimento, no respeito às singularidades e na valorização do prazer autêntico e plural. As feministas antipornografia, ao defenderem o erotismo, e as feministas pró-pornografia, ao promoverem a pornografia feminista, convergem para a ideia central de que a sexualidade deve ser sadia e desejada por todas as partes. Isso implica a legitimação de um vasto leque de práticas sexuais, abrangendo todas as orientações, identidades e expressões de desejo, desde que ocorram de forma consensual e respeitosa. A potencialidade do prazer e a defesa de uma sexualidade plena e libertadora emergem, portanto, quando o foco se desloca da moralização ou da condenação para a promoção da autonomia, do desejo mútuo e da garantia de que cada indivíduo possa experimentar sua sexualidade sem violência ou imposição, vislumbrando um futuro em que a igualdade de gênero seja também uma igualdade de prazer.

## Referências bibliográficas

BARRY, Kathleen. **Female sexual slavery**. New York: Avon Books, 1979.

BELTRÁN, Elena; MAQUIEIRA, Virginia; ÁLVAREZ, Silvina; MUNÓZ, Cristina Sánchez. **Feminismos, Debates teóricos contemporâneos**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

BROWNMILLER, Susan. The Pornography Wars. *In: In Our Time: Memoir of a Revolution*. New York: The Dial Press, 1999, p. 295-325.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

COBO, Rosa. **Pornografía: El placer del poder**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

DINES, Gail. **Pornland: how porn has hijacked our sexuality**. Boston: Beacon Press, 2010.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: men possessing women**. Nova Iorque: Penguin Group, 1989.

ECHOLS, Alice. The taming of the Id: Feminist Sexual Politics. *In: VANCE, Carole S (Org). Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston and London: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 50-72

FEMINIST PORN AWARDS. **The Feminist Porn Awards: How did it all start?**. [S. l.]: Coluna, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://www.feministpornawards.com/blog/the-feminist-porn-awards-how-did-it-all-start/> Acesso em: 29 nov. 2025.

FEMINIST Porn Awards. **What is the difference between Feminist, Ethical and Female-Friendly Porn?**. [S.l.] [20-]. Disponível em: <https://www.feministpornawards.com/what-is-feminist-porn/difference-feminist-ethical-female-friendly-porn/> Acesso em: 29 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª Edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2020.

**HOT Girls Wanted – turned on**. Direção: Jill Bauer, Ronna Gradus, Rashida Jones. EUA: Netflix Documentary, 2017. 1 temporada, 1 episódio.

HUNT, Lynn. Obscenidade e as Origens da Modernidade 1500-1800. In: HUNT, Lynn (Org.) **A invenção da pornografia – Obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo, Hedra, 1999, p. 09-48.

KENDRIK, Walter. **The secret museum**: pornography in modern culture. Berkeley: University of California Press, 1987.

LOVELACE, Linda; McGRADY, Mike. **Ordeal**. [S. l.]: Editora Citadel, 2005.

LUST, Erika. **It's time for porn to change**. TEDxTalk. [S. l.]: YouTube, 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Z9LaQtP\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=Z9LaQtP_8). Acesso em: 29 nov. 2025.

MACKINNON, Catharine A. **Only words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1991.

MORGAN, Robin. Theory and practice: pornography and rape (1974). In: MORGAN, Robin. **The word of a woman, feminist dispatches, 1968-1992**. 2. ed. New York: Integrated Media, 1994. p. 59-67.

OGIEN, Ruwen. **Pensar la pornografia**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2005.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução de Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n 2, p. 305-332, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002> Acesso em: 29 nov. 2025.

OSBORNE, Raquel. **La construcion sexual de la realidad, um debate en la sociologia contemporánea de la mujer**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universitat de València, Instituto de La Mujer, València, 2002.

PIMENTEL, Silvia; BIANCHINI, Alice. **Feminismo(s)**. Editora Matrioska, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia: PLAYBOY e a invenção da sexualidade multimídia**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. [S. l.]: N-1 edições, 2018a.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie – Sexo, drogase biopolítica na era farmacopornográfica**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. N-1 edições, 2018b.

RIBEIRO, Raisa D. **Feminismos: o que as feministas querem?** Amazon E-books, Feminismo Literário, 2025. E-book

RIBEIRO, Raísa D. **Os debates feministas sobre a pornografia: contribuições e propostas para tutela dos direitos humanos das mulheres**. Tese (Doutorado em Direito). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo* (1984). In: **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Días. Ubu Editora, 2017. 1984, p. 63-128.

RUSSELL, Diana E. H. **Against pornography: the evidence of harm**. Berkeley, California: Russell Publications, 1994.

SABADELL, Ana Lúcia; RIBEIRO, Raísa D. Os embates feministas sobre pornografia. In: LOURENÇO, Amanda; BOTTEGA, Clarissa; SILVA, Elcias; OLIVEIRA, Maria Gomes de. **Olhares Constitucionais sobre direitos humanos e fundamentais**. Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2023, p. 337-356.

SAMOIS (Coord). **Coming to Power: Writings and Graphics on Lesbian S/M**. 3ª ed. Boston, Massachusetts: Alyson Publications, 1987

SNITOW, Ann. Mass Market Romance: pornography for women is different. In: SNITOW, Ann; STANSELL, Christine; THOMPSON, Sharon (Coord). **Powers of desire: the politics of sexuality**. Nova Iorque: Monthly Review Press, New Feminist Library, 1983, p. 245-263.

SONTAG, Susan. **A imaginação pornográfica**. Tradução de Dolina Bush e Madame Fire Wasp. [S. l.]: Coletivo Sabotagem, 2004.

STEINEM, Gloria. **Memórias da transgressão: momentos da história da mulher do século XX**. Tradução de Claudia Costa Guimarães. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

TAORMINO, Tristan. Calling the Shots: Feminist Porn in Theory and Practice. In: TAORMINO, Tristan; SHIMIZU, Celine Parreñas; PENLEY, Constance; MILLER-YOUNG, Mireille (Coord). **The Feminist Porn Book – The Politics of Producing Pleasure**. New York: The Feminist Press, 2013, p. 255-264.

VANCE, Carole S. Pleasure and Danger: Toward a Politics of Sexuality. In: VANCE, Carole S (Org). **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston and London: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 1-28.

WAGNER, Peter. **Eros revived: erotica of the enlightenment in England and America**. Londres: Secker Warburg, 1988.

WILLIS, Ellen. Feminism, moralism, and pornography. In: SNITOW, Ann; STANSELL, Christine; THOMPSON, Sharon (Coord.). **Powers of desire: the politics of sexuality**. New York: Monthly Review Press, 1983. p. 460-467

Recebido em 06/09/2025.

Aceito em 21/11/2025.